

MODO DE VIDA E USO DOS RECURSOS NATURAIS EM UMA COMUNIDADE RIBEIRINHA DAS ILHAS DE ABAETETUBA/PA

Denison da Silva Ferreira¹

Resumo

O artigo aborda alguns aspectos da dinâmica socioespacial em uma comunidade ribeirinha da Amazônia situada às margens do rio Pará, na microrregião do Baixo-Tocantins, Nordeste paraense. Partindo do exemplo empírico desta comunidade esta breve análise lança o olhar sobre a complexidade e a trajetória histórica das populações ribeirinhas da Amazônia, frequentemente esquecidas ou não devidamente retratadas na literatura, tampouco nas políticas públicas. Alguns resultados preliminares desta pesquisa (que não se encerra com este trabalho, mas que compreende parte da discussão empreendida em nossa pesquisa de dissertação de mestrado, em andamento) nos possibilitam perceber a capacidade da resiliência das sociedades ribeirinhas da Amazônia, mesmo sendo considerados, por alguns seguimentos sociais, “resíduos anacrônicos” do sistema econômico vigente. Essa capacidade de resiliência possibilita que as práticas cotidianas guardem marcas no tempo e no espaço do passado ribeirinho, refletindo, desse modo, múltiplas formas de reprodução socioespacial, à exemplo da comunidade em questão.

Palavras chave: Amazônia. Ribeirinho. Modo de vida. Uso dos recursos. Reprodução socioespacial.

Abstract

This article discusses some aspects of socio-spatial dynamic in a riverside community located on the shores of the Amazon River Pará, in the micro-Lower Tocantins, Pará Northeast. Based on the empirical example of this community this brief analysis casts its gaze on the complexity and historical trajectory of

1 Mestrando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará (PPGEO/Ufpa) – Correio eletrônico: denisonferreira2010@hotmail.com

riverine populations of the Amazon, often forgotten or not properly portrayed in literature, nor in public policy. Some preliminary results of this research (which does not end with this work, but that comprises part of the discussion undertaken in our research dissertation in progress) enable us to realize the capacity of resilience of societies of the Amazon river, even being considered by some social sectors, “anachronistic waste” of the current economic system. This resilience allows everyday practices keep marks in time and space of the past riverside, reflecting thus multiple forms of sociospatial reproduction, like the community in study.

Keywords: Amazon Riverine. Way of life. Use of resources. Sociospatial reproduction.

INTRODUÇÃO

Nunca é de mais lembrar que o espaço amazônico é marcado por uma socio-diversidade que reflete temporalidades desiguais e combinadas de grupos sociais distintos que produzem e organizam seus espaços de acordo com seus modos de ser e de viver configurando uma rica cultura de crenças, hábitos e mitos influenciados em muito pela herança do índio, do europeu e do negro africano.

Dessa forma, o debate sobre a Amazônia, hoje, não pode prescindir-se dos dilemas envolvendo distintos grupos sociais rurais que historicamente habitam este espaço, participando da constituição e da dinâmica desta região e, assim, compondo significativamente suas tramas de complexidades, suas peculiaridades e suas contradições atuais, vivendo e convivendo, existindo e resistindo neste universo dinâmico e plural que constitui esta vasta região cheia de contradições.

Nessa perspectiva as sociedades ribeirinhas da Amazônia, como um seguimento social compreendido no contexto do chamado *campesinato histórico*, emergem como importante referência das primeiras formas de produção e organização do espaço amazônico processadas antes mesmo do início do processo de colonização, pois considera-se que os ribeirinhos da Amazônia são, em grande parte, herdeiros legítimos do modo de vida dos índios das águas “porque estão diretamente ligados biológica, histórica e culturalmente à população ameríndia que ocupava a planície Amazônica na época do contato com os europeus” (Witkoski, 2007, p. 97).

Em geral, as populações ribeirinhas da Amazônia apresentam um conjunto de características que se distingue das demais populações do meio rural

ou urbano. Tais características se aproximam do que é concebido por Diegues (1996) como *cultura* ou *modo de vida tradicional* que, entre outros, é caracterizado por este autor

a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constroem o modo de vida; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se refletem na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais...; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente (Diegues, 1996, p. 87-88).

Em quase todos os cantos da Amazônia, sobretudo nas áreas sob influência dos rios, furos, lagos, paranás e igarapés, que configuram a rica e exuberante rede fluvial amazônica, se verifica a presença de ribeirinhos que estabelecem relações múltiplas com estes ambientes, em particular com os rios que configuram não apenas um meio de produção material da vida, mas igualmente, um referencial central da temporalidade e da geograficidade que norteia a vivência ribeirinha no espaço amazônico.

De acordo com Silva (2006) nas áreas ribeirinhas da Amazônia a relação do ribeirinho com a terra e com a água tem sido marcada de formas de uso bastante peculiares, a qual tem sido, constantemente, redefinida para garantir a reprodução social e a permanência desse agente nessas áreas.

Historicamente as áreas de várzeas do estuário paraense são ocupadas por populações que cristalizaram sistemas de uso dos recursos naturais caracterizados como manejo e manipulação complexos, pois combinam várias atividades de subsistência de acordo com hábitos e padrões culturais que se adequaram aos diversos ecossistemas típicos da região, a saber: a várzea, a terra-firme e o igapó, além dos inúmeros ecossistemas aquáticos com os quais estas populações se relacionam cotidianamente.

É nesse contexto que se inscreve o cotidiano em uma comunidade ribeirinha amazônica localizada na região do Baixo-Tocantins, Nordeste paraense, mais precisamente na porção insular do município de Abaetetuba, numa região conhecida regionalmente como Ilhas de Abaetetuba. Trata-se de uma dinâmica fortemente ligada aos rios, às várzeas, aos igarapés, aos furos, às ilhas etc., ambientes estes que fazem parte do cotidiano e constituem importantes aspectos da espacialidade que envolve a dinâmica socioespacial local.

A exemplo da maioria das comunidades ribeirinhas situadas na porção insular deste município, o uso dos recursos naturais na comunidade de Maúba enseja uma dinâmica socioespacial muito particular, pois se trata de um contexto que se efetiva entre a *terra* e a *água* ou numa *terra-água* que são as *vár-*

zeas. Assim sendo, os ribeirinhos moradores desta comunidade são possibilitados de atuar não somente em atividades ligadas ao meio haliêutico – através da pesca, por exemplo, – como, igualmente, ao ambiente de terra e floresta, conformando, assim, o que Furtado (1993) denomina “*agricultor-pescador*” e/ou “*pescador polivalente*”, ou seja, um agente que consegue manipular os recursos de ambos os meios combinando atividades diversas em diferentes setores produtivos.

Nesse sentido, a adaptação nas áreas de várzeas das ilhas de Abaetetuba por parte dos moradores locais tem sido baseada em estratégias de uso múltiplo. Considera-se que ao longo das duas últimas décadas estes agentes têm variado a ênfase de suas estratégias de sobrevivência em resposta às mudanças de oportunidades de mercado ligadas à economia regional. A exploração de uma série de recursos naturais diferentes, um após outro, tem sido uma constante, provendo aos moradores locais condições de subsistência estáveis e, às vezes, relativamente próspera, como é o caso do cultivo do açaí, uma das principais fontes de suprimento alimentar e geração de renda na subsistência familiar.

Nessa perspectiva, tendo em vista a dinâmica socioespacial que compreende as comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, este breve enfoque visa analisar algumas formas de uso dos recursos naturais por parte dos ribeirinhos que ali vivem, em particular dos moradores de uma comunidade local, buscando dimensionar como tais, assim como os saberes tradicionais concebidos no âmbito do modo de vida, refletem peculiaridades na dinâmica de reprodução socioespacial envolvendo estes agentes.

Para o desenvolvimento deste estudo, a metodologia adotada compreendeu três fases básicas. A primeira consistiu em uma revisão bibliográfica sobre o tema a fim de possibilitar melhor compreensão (teórica) acerca da problemática abordada. A segunda compreendeu a pesquisa de campo, onde o contato direto com a realidade vivenciada pelos moradores da comunidade estudada foi de fundamental importância no desenvolvimento da análise. A terceira e última fase consistiu na estruturação final da análise a partir do estabelecimento de um *link* entre os aspectos de natureza teórico-conceitual e os aspectos de natureza empírica compreendidos a partir do desenvolvimento da pesquisa de campo.

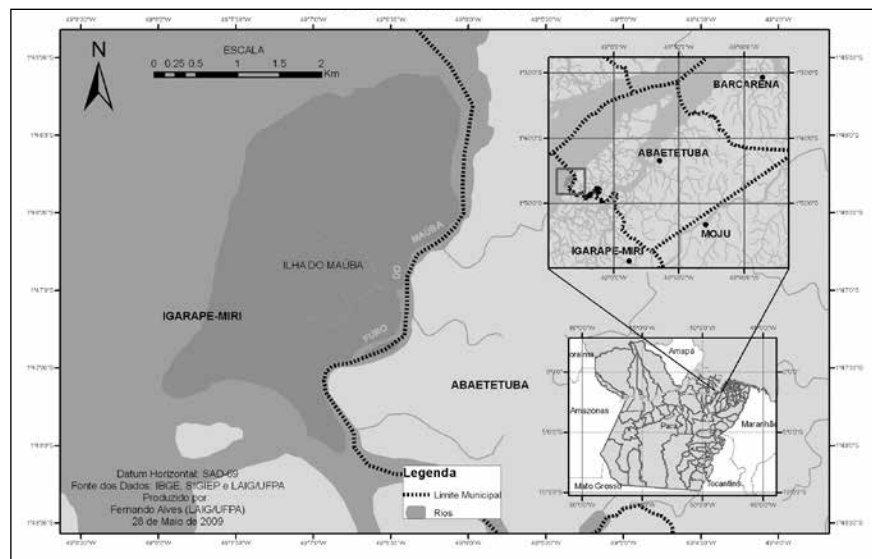
Para melhor compreensão acerca dos objetivos propostos, o trabalho encontra-se estruturado em dois eixos básicos seguidos das considerações finais. Inicialmente será feito uma breve caracterização da localidade em estudo no intuito de realçar a contextualização geográfica a partir da qual se dinamizam

as formas de uso dos recursos naturais locais. Em seguida serão apresentados alguns elementos pertinentes ao debate que envolve a peculiaridade do modo de vida ribeirinho tendo em vista a particularidade socioespacial vivenciada pelos moradores da comunidade em estudo.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DA LOCALIDADE EM ESTUDO

A comunidade em questão está compreendida no contexto da microrregião no Baixo-Tocantins, Nordeste paraense, mais precisamente às margens de um dos afluentes do rio Pará denominado rio Maúba. Este rio constitui-se em um canal principal que divide a ilha de Maúba da foz do rio Pará, demarcando geograficamente os limites entre os municípios de Abaetetuba² e Igarapé-Miri, no Pará (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da comunidade de Maúba



Elaboração: Laig/Ufpa

- 2 O nome Abaetetuba, originalmente Abaeté, provém do topônimo indígena tupi: aba (homem), ete (forte, verdadeiro), tuba (lugar de abundância). O significado, portanto, é: terra de homens fortes e ilustres.

Nesta comunidade vivem aproximadamente 250 famílias constituídas em média por cinco integrantes cada. A única via de acesso a esta comunidade é a via fluvial, cuja distância da mesma até a sede municipal – cidade de Abaetetuba – compreende aproximadamente duas a três horas de barco.

Como se observa na representação cartográfica (Figura 1), a localidade em estudo está compreendida em um contexto geográfico de proximidade com os rios em uma região constituída por inúmeras ilhas fluviais que formam a porção insular do município de Abaetetuba denominada localmente ilhas de Abaetetuba.

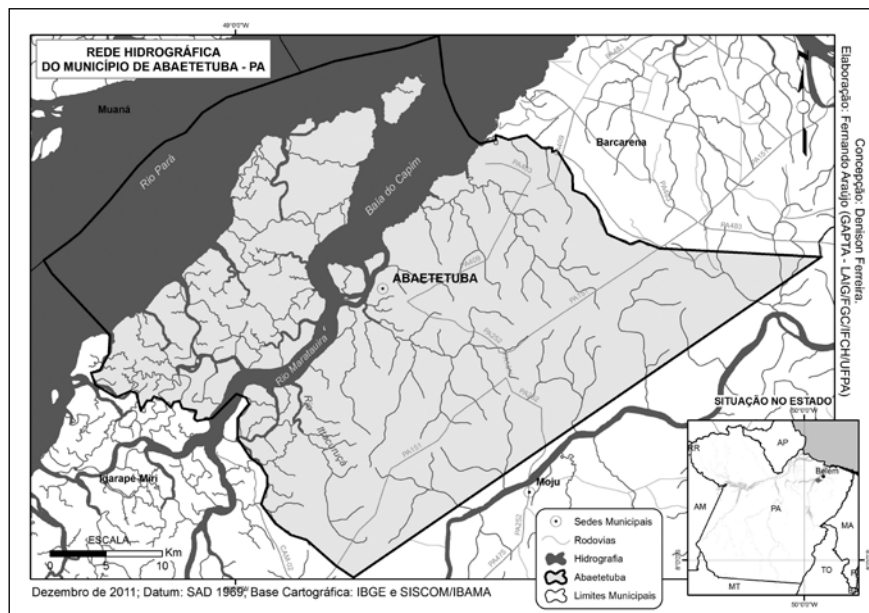
As ilhas de Abaetetuba estão geograficamente situadas no baixo curso do rio Tocantins, já na confluência com o rio Pará, no estuário paraense, em uma região constituída predominantemente de áreas de várzea e banhadas por água doce cujos principais transportes são as rabetas, canoas e barcos (Figura 2).

Em termos populacionais vivem nestas ilhas aproximadamente 45 mil habitantes que se autorreconhecem enquanto formando *comunidades*. Nota-se, porém, que o termo *comunidade* fundamenta-se em costume católico, pois, como observou Betto (1981, *apud* SILVA, 2008), tais agrupamentos foram denominados primeiramente de *Comunidades Eclesiais de Base*.

A quase totalidade da porção insular do município de Abaetetuba constitui-se como *terra da marinha*, ou seja, da União, e os moradores vivem em concordância com uma concessão de uso, emitida pelas Gerências Regionais de Patrimônio da União (GRPU), com exceção de algumas áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombo que a partir de 2002 passaram a ser reconhecidas pelo Iterpa como *território quilombola*.

Deve-se ressaltar, porém, que a noção de proximidade com o rio não diz respeito apenas ao fator distância, ou seja, ao fato de estar próximo à margem do rio, pois ser ribeirinho é muito mais do que uma posição geográfica, ainda que este seja um elemento fundamental na compreensão da dinâmica socioespacial que envolve a vivência ribeirinha, a exemplo da comunidade em estudo. Conceber a vivência ribeirinha simplesmente com base na localização absoluta é cair num *determinismo geográfico* desnecessário, muitas vezes fundado numa visão naturalista e naturalizante que impossibilita a percepção da dimensão humana e histórica amalgamada no universo cosmológico que norteia a vivência ribeirinha. Ter como critério apenas a localização absoluta é conceber a vivência ribeirinha como estática, inerte à cotidianidade, é considerar apenas a aparência, é proclamar “uma geografia das ausências e uma história de silêncios”, usando os termos de Cruz (2008, p. 56).

Figura 2 – Mapa de localização da rede hidrográfica do município de Abaetetuba



Elaboração: Laig/Ufpa

A dinâmica cotidiana desta comunidade, assim como das demais que habitam a porção insular deste município, conforma uma realidade tipicamente ribeirinha onde o modo de vida, os costumes, as crenças, os hábitos, as peculiaridades linguísticas etc., refletem traços socioculturais singulares e, por conseguinte, formas peculiares de reprodução socioespacial. São pessoas que vivem e convivem, existem e resistem, neste universo dinâmico e plural cheio de contradições que é o espaço amazônico. Suas histórias, diversidade social, cultural, econômica, étnica, entre outros, refletem o jeito próprio de ser e de viver destes ribeirinhos constituindo especificidades múltiplas tipicamente amazônicas e variavelmente complexas em suas múltiplas manifestações cotidianas.

MODO DE VIDA, SABERES TRADICIONAIS E USO RECURSOS NATURAIS NA COMUNIDADE DE MAÚBA

Paul Vidal de La Blache (1954) já dizia, “os instrumentos que o homem põe ao serviço de sua concepção de existência derivam de intenções e de esforços coordenados em vista de um modo de vida” (p. 275). Nesse sentido, quando

se trata da dinâmica socioespacial que envolve os ribeirinhos de Abaetetuba, em especial da comunidade de Maúba, o modo de vida emerge como elemento fundamental expressando-se na tradição, nos costumes, nas concepções de natureza, entre outros, em um cotidiano que guarda em sua história as marcas do passado ribeirinho, criadas e recriadas a cada dia.

Nesse sentido, a região das ilhas, à exemplo da comunidade de Maúba, aparece como lugar construído histórica e geograficamente na relação do ribeirinho com a natureza. Nessa dinâmica o rio continua tendo uma importância fundamental, sendo o referencial central da “geograficidade” (organização espacial, modo de vida), além de matriz da temporalidade (ritmo social) e do imaginário (lendas, mitos, crenças, cosmologias), se apresentando tanto como meio de subsistência, comunicação e transporte, quanto “mediação entre o fantástico e o real, dos significados e representações do imaginário social geográfico” (Cruz, 2008, p. 13). É no vaivém das águas (enchentes e vazantes) que se dá a reprodução da vida social e da experiência cultural num cotidiano que se realiza de maneira plural.

Nesse contexto, o modo de vida aparece como elemento central na constituição e na organização da vida. Um modo de vida *resiliente*, na perspectiva de (Cruz 2006), que resistiu (e resiste) aos processos de transformações que se colocam em questão no contexto da microrregião do Baixo-Tocantins e que vão de encontro a essas formas de vida, consideradas “tradicionais”, num sentido negativo do termo.

Como uma construção histórica e social o modo de vida ribeirinho, observa Cruz (2006), pressupõe uma moldura temporal de longa duração com histórias, memórias e saberes sedimentados num conjunto de práticas e representações que tem densidade e espessura no cotidiano do “espaço vivido” por estes agentes. Essa construção social que compreende a dimensão humana da vivência ribeirinha pressupõe uma identidade: *a identidade ribeirinha*. Na visão de Cruz (2006, p. 187):

(...) a identidade ribeirinha não é uma essência, não é uma substância, nem é naturalmente construída, ela é, sim, uma construção histórica social que tem seu conteúdo redefinido e ressignificado pelas mudanças na história, é verdade, mas em sua essência não deixou de ser *um produto de uma longa duração resultante do processo de adaptação das populações ribeirinhas na relação com a natureza* (grifo nosso).

Nessa perspectiva, é imprescindível considerar a relação do ribeirinho com a natureza, visto que o repertório técnico, cultural e social destes agentes se constitui na relação indissolúvel com seu ambiente (Oliveira Jr., 2009). Aí os

movimentos cíclicos da natureza (estações do ano, marés etc.) orientam e, de muitas maneiras, determinam os fenômenos sociais. É nesse contexto, que as ações concretas do cotidiano ganham visibilidade se repetindo ciclicamente no pulsar das águas – movimentos das marés – que, de algum modo, regulam os horários e os comportamentos.

Nesse contexto, o uso dos recursos é um elemento fundamental na análise geográfica uma vez que compreende formas peculiares de apropriação do espaço que pressupõem não apenas um *fazer*, resultado de uma ação, mas, sobretudo, um *saber-fazer*, resultado de um conhecimento, de uma racionalidade cosmológica que reflete formas peculiares de reprodução socioespacial. Em outras palavras, uma forma de viver com e a partir da natureza que marca singularidades na relação construída com e por meio do ambiente com os quais se relacionam. Este é o exemplo da comunidade em estudo.

Nesse sentido, de acordo com Castro (2000):

(...) todas as atividades produtivas contêm e combinam formas materiais e simbólicas com as quais os grupos humanos agem sobre o território. O trabalho que recria continuamente essas relações reúne aspectos visíveis e invisíveis, daí porque estar longe de ser uma realidade simplesmente econômica. Nas sociedades ditas tradicionais e no seio de certos grupos agroextrativos, o trabalho encerra dimensões múltiplas reunindo elementos técnicos com o mágico, o ritual, e enfim, o simbólico (p. 167).

Nesse sentido, tomando como exemplo a dinâmica ribeirinha, em particular nas comunidades das ilhas de Abaetetuba, as peculiaridades na relação entre homem e meio mostram que as práticas de uso dos recursos naturais apreendidas por estes agentes são, ao mesmo tempo, práticas socioespaciais de reprodução do próprio modo de vida. Dessa forma, dependendo do rio e da floresta para quase tudo, o ribeirinho usufrui dos recursos naturais ao mesmo tempo em que preside múltiplas dimensões de seu *modus vivendi*.

Sendo assim, a dinâmica socioespacial cotidiana, fortemente ligada aos rios e florestas, institui uma dupla realidade observada por Loureiro (2001): a *imediata*, de função material, lógica, objetiva; e a *mediata*, de função simbólica, imaginária, representativa. Isso significa que, para além da relação “funcional” estabelecida através do rio, ou seja, da dimensão *imediata*, é o conjunto saberes sedimentados no modo de vida que orientam as relações sociais e com a natureza, configurando o que Descola (*apud* Castro, 2000, p. 67) concebe como *saber ecológico*. Isso remete a um *modo de vida* peculiar que está para além da compreensão funcionalista que, muitas vezes, desconsidera as experiências constituídas a partir do *espaço vivido*.

Diegues (1995) chama a atenção para uma unicidade existente entre as sociedades ditas tradicionais entre as técnicas de produção e o campo do simbólico. Essa unicidade se faz presente, por exemplo, no *amálgama* existente entre o tempo de pescar, de plantar, de colher etc. e os mitos ancestrais que norteiam o cotidiano. Nessa direção, Castro (2000) também assinala que entre os “povos tradicionais” (onde podemos incluir também alguns grupos ribeirinhos) a organização das atividades de trabalho não está separada de rituais míticos, de festividades ou outras manifestações da vida e da sociabilidade grupal, responsáveis por maior ou menor integração das relações familiares e de parentesco.

Nesse sentido, observa-se que

no campo dos saberes tradicionais, ainda que não seja possível a diferentes grupos explicar uma série de fenômenos observados, as ações práticas respondem por um entendimento formulado na experiência das relações com a natureza, informando o processo de acumulação de conhecimento através das gerações (Castro, 2000, p. 169).

No caso da dinâmica socioespacial ribeirinha, os saberes e técnicas pelos ribeirinhos desenvolvidos para apropriarem-se dos recursos disponíveis de acordo com as necessidades, estão intimamente ligados ao universo cultural, a partir de um leque de conhecimentos específicos. São maneiras diversas de perceber, no âmbito local, de representar e de agir sobre o *lugar* de vivência. Assim, “a adaptação a um meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho é realizado” (Castro, 2000, p. 169).

Tendo em vista as estratégias de sobrevivência acionadas pelos ribeirinhos moradores das ilhas de Abaetetuba em relação ao uso dos recursos naturais, é possível identificar, entre outras, duas atividades socioeconômicas de caráter imprescindível na dinâmica de reprodução socioespacial local, em particular da localidade em questão: a *pesca* e o *agroextrativismo do açai*. Tais atividades refletem uma dupla conotação, ou seja, expressam a capacidade de resiliência em relação à adaptação ao ambiente onde vivem, ao mesmo tempo em que podem ser traduzidas enquanto práticas de reprodução socioespacial do modo de vida ribeirinho.

A P E S C A

Como assinala Silva (2006), é comum a observação de que na região amazônica o ribeirinho habitante das margens dos rios e lagos, consequentemente, torna-se um pescador artesanal, ante o potencial ictiológico existente na

bacia amazônica. Este potencial, portanto, é atrelado ao modo de vida do ribeirinho, principalmente, do *ribeirinho-pescador* que habita estas áreas. Nesse sentido, de acordo com Furtado (1993), a utilização dos recursos hídricos na Amazônia pelas diferentes sociedades é anterior ao processo de colonização. Isso significa que a pesca é uma atividade secular e exerce influencia determinante em grande parte das áreas ribeirinhas da Amazônia, como observa Furtado (1987; 1993).

O modo de vida do ribeirinho está fortemente ligado ao uso que este personagem tem dos rios que acompanham sua vida. Desse modo, no caso dos moradores das comunidades ribeirinhas das ilhas de Abaetetuba, sobretudo aquelas situadas às margens dos afluentes do rio Pará, como é o caso da comunidade em estudo, a pesca aparece como uma atividade imprescindível sendo, em determinadas épocas do ano, a atividade de maior importância em relação às demais desenvolvidas localmente. A pesca nos rios e igarapés da região apresenta características artesanais e é destinada essencialmente à subsistência, embora uma parcela do pescado seja destinada à comercialização. Neste caso, a comercialização está em função da própria subsistência através, por exemplo, da aquisição de utensílios de pesca, do barco pesqueiro, assim como de bens como valor de uso (televisão, rádio, roupas etc.).

De acordo com dados empíricos obtidos junto à Colônia de Pescadores do município de Abaetetuba, 7.300 moradores desde município, incluídos homens e mulheres, são cadastrados junto a esta instituição no ano de 2012 usufruindo o direito de receber o auxílio financeiro concedido pelo governo federal (seguro desemprego) no período de defeso, isto é, período em que a pesca é proibida em função da reprodução das espécies pesqueiras nesta região. Desde quantitativo 329 são moradores da comunidade de Maúba. Em termos proporcionais esse número significa que a cada cinco moradores ribeirinhos deste município, um exerce a atividade de pescador. Esse percentual é ainda maior na localidade de Maúba onde o número de pescadores associados chega a um terço da população desta localidade.

Silva (2006) expõe que os recursos naturais mobilizados pelas populações pesqueiras diversificam-se segundo os domínios aquáticos, o mesmo ocorrendo com as técnicas que objetivamente lhes permitem o acesso a esses domínios. No caso das ilhas de Abaetetuba, particularmente nas áreas de contato direto com o rio Pará, os diversos habitats estuarinos de água doce têm sustentado uma abundante população de peixes e crustáceos, que, por sua vez, servem de sustento aos moradores locais. Dessa forma, a existência de inúmeras espécies pesqueiras típicas desses ecossistemas (como é o caso do mapará e do cama-

ção) favorece o desenvolvimento da pesca na região que se realiza tanto nos pequenos rios, furos e igarapés, quanto nas áreas mais afastadas das margens do grande rio Tocantins na confluência com o rio Pará. Instrumentos diversos, como o caniço, a linha, o espinhel, a rede de bloqueio, a malhadeira, a rede de lancear, o parí, o matapí, entre outros, têm sido os instrumentos principais de pesca nos rios e igarapés desta região.

No caso dos apetrechos usados na pesca de subsistência, não existe hierarquização do uso destes, pois são utilizados de acordo com a necessidade, disponibilidade de equipamentos, e do tipo de peixe que está na safra. A maioria deles é utilizada nas proximidades das residências dos pescadores e são colocados onde há maior incidência de peixe. Existem ainda apetrechos confeccionados com a utilização de materiais extraídos da floresta, como o cipó titica e a tala de jupatí, que são usados na confecção de matapís. Estes apetrechos acabam sendo viáveis aos pescadores artesanais, pois são bens que têm o custo relativamente baixo.

Considerando a importância de algumas espécies pesqueiras na região do Baixo Tocantins destaca-se uma em particular de considerável preferência popular e valor comercial conhecida regionalmente como *mapará*. Com características sazonais, nos últimos anos esta espécie tem sido alvo principal da pesca nesta região. A pesca do *mapará* é realizada através da *pesca de bloqueio*, uma atividade que além de garantir parte da dieta alimentar dos pescadores locais representa também uma alternativa econômica na complementação da renda familiar não apenas na comunidade Maúba como também em outras comunidades circunvizinhas a essa região que praticam a *pesca de bloqueio*³ no rio Pará.

Por ser um peixe típico da bacia do Tocantins, o *mapará* tornou-se um símbolo econômico, cultural e alimentar da microrregião do Baixo-Tocantins no Pará. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, o desenvolvimento de técnicas pesqueiras mais eficientes, a exportação do peixe e a pesca predatória, houve um declínio considerável na disponibilidade dessa espécie, resultando no seu encarecimento e conseguinte falta do alimento para abas-

3 A pesca de bloqueio visa, principalmente, a captura do *mapará* e a maioria dos locais onde esta se desenvolve no rio Pará não são normatizados por fronteiras concretas, mas sim por limites imaginários, abstratos, reconhecidos pelos pescadores. Assim o local de trabalho onde a atividade pesqueira se desenvolve não é limitado fisicamente, como na agricultura, pois se trata de um recurso móvel – o peixe, mas que se encontra em maior quantidade em determinados pontos estratégicos – os pesqueiros. O local de pesca é marcado abstratamente – a percepção espacial está relacionada à esfera cognitiva do pescador, como assinala Silva (2009).

tecer a população local. O desenvolvimento de novos instrumentos de pesca, como a malhadeira, a rede de puçá, a rede de bloqueio, tem proporcionado maior facilidade para capturar o peixe. A rede de puçá, por exemplo, muito usada na pesca do mapará, é predatória sendo confeccionada com malhas pequenas impedindo que os peixes menores escapem. Tal prática afeta de forma determinante o processo natural de reprodução desta e de outras espécies em fase de desenvolvimento. Isso remete a uma questão recorrente em algumas áreas ribeirinhas da Amazônia que é a falta de uma consciência ecológica muitas vezes protagonizada pelos próprios agentes que dependem diariamente dos recursos pesqueiros, como se verifica no exemplo observado a partir da localidade em estudo.

Figura 3 – Retirada do Mapará da rede de bloqueio no rio Pará, momento que exige força física, atenção e habilidade dos pescadores para não deixar o peixe escapar



Fonte: Emater/PA, Abertura da Pesca Mapará, 2011.
Disponível em: <<http://www.emater.pa.gov.br/evento/10>>

A escolha dos locais de pesca baseia-se na experiência pessoal e cotidiana de cada pescador e de sua capacidade logística – mecanismos e técnicas que possibilitam ao pescador capturar o peixe. A experiência do pescador também lhes possibilita saber como e quando pescar, pois, como diz o velho ditado popular: “nem sempre o mar está para peixe”. Isso se deve ao conhecimento construído sobre os movimentos cíclicos da natureza (enchente, vazante, estações do ano etc.).

Sobre isso um dos pescadores da comunidade em estudo comenta:

Não é só ir pra baía pescar, a gente tem que saber os horários e os lugares antes de sair de casa. Tem tempo que a maré não tá boa geralmente na virada da lua quando chega o lançante (períodos de lua cheia em que a maré atinge um nível bem elevado). Até o camarão some; aí a gente tapa o Igarapé, põe uma malhadeira na cabeceira do rio, e vai se virando até a maré melhorar (Entrevista concedida por um morador de Maúba, em 6/7/2012).

Como se observa na fala deste morador, a experiência sobre a dinâmica dos ciclos naturais é um fator fundamental na determinação de estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, pescar significa também conhecer os segredos dos rios, a dinâmica de marés, os pontos pesqueiros etc., de acordo com cada período do ano. É exatamente por isso que a prática de pesca é um exemplo de que não se trata simplesmente de considerar o *fazer*, mas, antes, o *saber-fazer*, neste caso um saber que não foi adquirido formalmente mas através de um conhecimento adquirido a partir da experiência cotidiana.

Nesse sentido, pode-se dizer que a prática de pesca entre os ribeirinhos é permeada pelo simbólico e o manejo dos recursos também deriva de tais orientações. É a isso que se referem Lima e Pereira (2007) quando sublinham:

A pesca artesanal é uma das atividades extrativas mais tradicionais e importantes da Amazônia, por garantir o desenvolvimento produtivo e cultural das populações que se apropriam da diversidade de seus ambientes aquáticos – mar, rios, lagos, igarapés, igapós, estuários de rios – e de seus recursos, imprimindo-lhes um significado que, dentro de uma lógica própria da sociedade cabocla, alicerça sua vida material e imaterial. Exemplo disso são os rios, que não somente servem para a retirada de alimentos ou uso de suas águas nos serviços da casa, mas também são espaço produtivo de trabalho socialmente construído, local povoado de um imaginário que interfere na relação do homem com seu ambiente, contribuindo para a sua conservação (p. 114).

Assim sendo, a relação do pescador com o rio ganha particularismos pertinentes à adaptação exigida pelo ambiente em que vive. É como se o *ribeirinho-pescador* se sentisse “parte do rio” implicando, assim, toda uma simbologia engendrada a partir da relação com este. É como diria Diegues (2000, p. 56), “a alma dos pescadores parece ‘embebecer’ de mar, rio e peixe”.

Desse modo, na prática pesqueira os pescadores são envolvidos pelos instintos *domínios naturais* que empregam sentidos peculiares em sua vida social. É sobre isso que Diegues se refere ao observar que:

As forças naturais atuantes no universo pesqueiro e, mais especificamente, na constituição do espaço litorâneo, ganham relevância (...) como um conjunto de condições e processos que influenciam as relações entre o homem e a natureza. Ou seja, a natureza não constitui

uma entidade estática segundo a lógica da grande indústria, que a faz parecer como fator de produção inerte ou reduzida a objeto de empreendimento, mas um sistema de produção próprio que se articula com o social. Sua dinâmica se particulariza num complexo de relações e processos que produzem e reproduzem a vida (Diegues, 2000, p. 106).

Esse sistema próprio, que revela este autor, pode ser observado na dinâmica interna da comunidade de Maúba, sobretudo nas influências que as forças naturais exercem no ritmo de vida dos pescadores. Ou seja, os tempos naturais característicos das pequenas comunidades, exercendo forte influência sobre o tempo “mercantilizado”, controlado pelo relógio, como se verifica com mais frequência na lógica produtiva das grandes empresas mercantis.

Referindo-se a essa questão do tempo, Maneschy (*apud* Silva, 2009), verifica que:

(...) o tempo dos pescadores é totalmente diferente do tempo que regula as atividades terrestres. Ele não se exprime em jornadas regulares, alternadas com períodos de descanso também fixos. Ao contrário, ele é ditado pelas marés, sendo também influenciado pelas variações climáticas (Maneschy *apud* Silva, 2009, p. 51).

Como acrescenta este mesmo autor, estas particularidades fazem com que os pescadores se tornem naturalmente conhecedores do ambiente aquático do qual extraem seu sustento cotidianamente. O momento de sair ou não para pescar depende das variações de marés e das condições climáticas. Essa relatividade do tempo na pesca reflete nos horários de descanso e de trabalho, ou seja, há circunstâncias, que dependem das condições de marés e do período do ano, em que a pesca é mais produtiva no período da noite. Neste caso os pescadores realizam jornadas noturnas, chegando a ficar a noite toda nos rios.

Os níveis do rio influenciam na capacidade de captura do peixe. Quanto mais alto estiver o rio, menor é o sucesso na pesca. A variação sazonal de inúmeras espécies pesqueiras está relacionada ao regime de marés. É o caso da *pescaria de camarão* que em alguns períodos do ano, geralmente em períodos de cheia *excepcional*, sofre influência do regime de marés tendo como consequência diminuição de sua disponibilidade.

A canoa a remo⁴ é a embarcação mais utilizada para pescaria. A utilização deste tipo de montaria, muito comum na porta de entrada da unidade de pro-

4 A canoa a remo, movida a tração humana, é o meio de transporte comumente usado nas águas amazônicas. Como meio de transportes, possui múltiplas utilidades, sendo uma delas (talvez a mais importante) a sua utilização na atividade da pesca.

dução familiar amazônica fornece de modo imediato uma importante evidência do nível tecnológico utilizado por grande parte das sociedades ribeirinhas na Amazônia (Witskoski, 2007).

Assim como em diversas outras comunidades das ilhas de Abaetetuba, principalmente aquelas situadas às margens do rio Pará, como a comunidade de Maúba, a pesca de subsistência é praticada em todos os períodos do ano. Esse caráter permanente se faz necessário para complementar as outras atividades econômicas destes ribeirinhos, pois, por se tratar de *pescadores-polivalentes*, esta atividade não é exclusiva, podendo haver outros meios de subsistência, como é o caso do *açaí*.

O CULTIVO E MANEJO DO AÇAÍ

O açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.) tem se destacado como componente típico das áreas de várzea da microrregião do Baixo-Tocantins pela facilidade de reconstituir o revestimento florístico dessa região, a exemplo do município de Abaetetuba. Graças à considerável potencialidade produtiva, favorecida pelas condições naturais propícias ao desenvolvimento desta fruticultura, e à grande aceitação no mercado, o município de Abaetetuba emerge como um dos principais produtores de açaí do estado do Pará. Nas áreas ribeirinhas deste município grandes extensões de terras são destinadas ao cultivo do açaí, que predomina em relação às outras espécies vegetais locais.

Em trabalho anterior (Pinheiro; Ferreira, 2010) analisamos a importância socioeconômica deste produto no contexto deste município salientando que o açaí vem se destacando nos últimos anos não apenas como suprimento alimentar, mas, igualmente, como fonte de renda e importante símbolo cultural dos abaetetubenses.

Através do conhecimento *autóctone*, passado de geração para geração, e em meio a ingerências externas, como uma espécie de resistência cultural viva e dinâmica, os habitantes da região das ilhas de Abaetetuba seguiram a herança ancestral, adaptando os sistemas de manejo às necessidades de sobrevivência. Na medida em que apareciam oportunidades de mercado estes ampliavam os excedentes de produção para complementar a renda familiar. Assim, a produção de frutos *in natura* que provinha quase que exclusivamente do extrativismo a partir da década de 1990, passou a ser obtida também de açaizais nativos manejados e de cultivos implantados. Ou seja, com o passar do tempo seu padrão produtivo vem sendo alterado (de extrativo, para manejo cultivado e/ou direcionado), sobretudo em função da crescente procura no comércio externo a esta região.

Os ribeirinhos moradores das comunidades locais, a exemplo da comunidade de Maúba, encontram no açaí o componente básico da alimentação associado ao peixe, camarão e à farinha de mandioca. Dessa forma, o açaí tem significado um *recurso vital* na dinâmica de reprodução socioespacial ribeirinha local, sendo, em muitos casos, alimento único na mesa de inúmeras famílias ribeirinhas que ali habitam.

Em períodos de entressafras (geralmente de janeiro à junho), quando a produção diminui, os moradores aproveitam para preparar os açaizais derrubando as árvores mais elevadas e pouco produtivas, limpando o terreno e plantando novos contingentes de açaizeiros. Nesse período a pesca aparece como alternativa na complementação na subsistência da família.

Sobre isso, um dos moradores da comunidade pesquisada relata:

Aqui pra nós é a pesca e o açaí. No inverno não dá pra vender o açaí, é muito pouco, só dá pro nosso consumo aí a saída é a pesca. Mas quando chega a safra do açaí a gente ganha um dinheiro a mais. É com esse dinheiro que a gente compra outras coisas que a gente precisa. Mas mesmo na safra do açaí, a gente continua pescando (Entrevista concedida por um morador de Maúba em 6/7/2012).

Verifica-se nesse relato que tanto a pesca quanto o açaí são atividades fundamentais na garantia da sobrevivência familiar. Tais atividades ocorrem de forma complementar de acordo com o período do ano. No caso do açaí, o cultivo do fruto *in natura* além de representar uma possibilidade economicamente viável (de excelente rentabilidade) pode significar ainda conservação enquanto recurso natural, exercendo, assim, efeito econômico e ecológico positivo sobre a conservação ambiental das áreas de várzea do estuário paraense onde se verifica a predominância de açaizais.

Em relação ao manejo, a retirada é feita pelo *peconheiro*⁵ que chega a escalar até vinte metros de altura para alcançar os *cachos* de açaí. Depois da retirada dos *cachos* é feito o processo de debulha, ou seja, o processo em que o açaí *in natura* é colocado no peneiro para ser consumido pela família ou comercializado.

Nos períodos de safra do açaí, geralmente de julho a dezembro, a demanda pelo produto cresce no mercado regional. Como o abastecimento do açaí no centro urbano de Abaetetuba é oriundo basicamente da produção das ilhas, todos os dias chegam ao porto desta cidade, além do peixe e do camarão, centenas

5 Peconheiro é a pessoa que retira o açaí, geralmente o pai ou os filhos, um trabalho essencialmente masculino, embora eventualmente seja realizado por mulheres.

de embarcações trazendo o açaí para ser comercializado na feira de Abaetetuba de onde segue via terrestre até Belém e outras cidades paraenses.

Figura 4 – Comércio de açaí na Feira de Abaetetuba/Pa



Fonte: Denison Ferreira, foto tirada em 10/11/12

Nas últimas três décadas o comércio do açaí vem se destacando por seu impacto positivo na economia paraense. A produção de frutos, que provinha quase que exclusivamente do extrativismo, a partir da década de 1990 passou a ser obtida também de açaizais nativos manejados e de cultivos implantados, principalmente nas áreas de várzea. Ou seja, seu padrão produtivo está sendo alterado (de extrativo para manejo cultivado e/ou direcionado) em função da crescente procura no comércio externo à região.

No caso dos municípios da microrregião do Baixo-Tocantins, em particular do município de Abaetetuba, verifica-se que a partir da década de 1990 a produção passa a ser racionalizada em função das possibilidades de mercado deste produto. Desse modo, a racionalização da produção se enquadra muito mais num padrão de cultivo agroflorestal do que de extração ou coleta. Sobre isso observa Brondízio (2006) que a habilidade do ribeirinho em participar da economia do açaí está na sua aptidão em aumentar o rendimento da produção a partir de um conjunto de técnicas de manejo existente, em vez de adotar um sistema exógeno. De acordo com este autor “isso permite uma inser-

ção progressiva e flexível no mercado, que incorre em menos riscos” (p. 226). No caso do município em estudo, a demanda de mercado e a oportunidade de bons preços tem sido as maiores motivações nas decisões dos ribeirinhos de implementar o agroflorestamento do açaí como uma das principais atividades agrícolas.

Ainda de acordo com Brondízio (2006) o caso do agroflorestamento do açaí nos ajuda a repensar a intensificação do uso da terra na Amazônia a partir de uma perspectiva sociocultural e de mercado. Daí a necessidade de se relativizar a inserção destes agentes ao mercado, pois se trata de uma racionalidade econômica incompleta, nos termos de Abramovay (2007), que pode ser enquadrada no seio da pequena produção camponesa.

Nessa perspectiva, Abramovay (2007) reitera o fundamento da produção *camponesa* que não visa, estritamente, maximização de lucro, mas, sobretudo, a maximização de “utilidades”, elementares à sua sobrevivência, em uma relação de compra e venda fundamentada, principalmente, no “valor de uso”, tendo no valor de troca uma das possibilidades de sua subsistência. Desse modo, a intencionalidade econômica dos camponeses (entre os quais pode-se incluir os ribeirinhos) é incompleta por haver certa “flexibilidade” das relações com o mercado, do qual o camponês pode frequentemente se retirar sem, com isto, comprometer sua reprodução social. De acordo com Abramovay (2007),

(...) a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas. Vida em comunidade, vínculos personalizados não só entre os indivíduos em geral, mas entre agentes sociais com lugares antagônicos na hierarquia social, regras coletivas determinantes do uso dos fatores produtivos e do consumo; mais que um tipo econômico, o campesinato representa um modo de vida (Abramovay, 2007, p. 111).

Entretanto, isso não quer dizer que o caráter econômico não seja importante, e que o mercado não altere o equilíbrio interno em relação à subsistência da família. Trata-se, assim, de formas diferenciadas de racionalidade econômica que está ligada a razões diversas (não só a razão econômica), razões estas que empregam sentidos múltiplos à vida social camponesa.

Partindo desse entendimento é possível observar que no seio das sociedades ribeirinhas a dimensão econômica não está dissociada da dimensão simbólica. Neste caso essa unidade só pode ser compreendida se tomarmos como

referência um elemento central: o *modo de vida*. É a partir do *modo de vida* que as práticas socioespaciais são instituídas dando sentido às ações concretas do cotidiano. Este parece ser um caminho importante na análise das formas de uso dos recursos naturais entre as comunidades ribeirinhas da Amazônia, a exemplo da comunidade em questão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar, a partir da dinâmica socioespacial ribeirinha nas ilhas de Abaetetuba, em particular, da realidade vivenciada pelos moradores das margens do rio Maúba, que as estratégias tomadas para o aumento da renda e, sobretudo, para garantia da sobrevivência nas áreas ribeirinhas consistem na capacidade de adaptação ao meio a partir da *diversidade de atividades combinadas* entre o meio aquático e terrestre.

No caso estudado, observou-se que a prática de cultivo e manejo do açaí tem sido imprescindível na dinâmica de reprodução socioespacial em áreas de várzea do estuário paraense. Tal atividade apresenta-se como uma possibilidade viável de sustentabilidade ambiental, pois além de constituir, de forma predominante, o revestimento florístico das áreas de várzea, representa também um meio fundamental de garantia da sobrevivência e geração de renda. O cenário futuro em relação a esta atividade parece promissor, sobretudo se considerarmos a ausência do Estado no que concerne à promoção de políticas públicas voltadas para as áreas ribeirinhas, como no caso das Ilhas de Abaetetuba.

Em relação à pesca, observou-se que esta atividade é permeada pelo simbólico e o manejo dos recursos também deriva de tais orientações. Isso implica reconhecer que não se trata apenas de um *fazer*, mas de um *saber-fazer* expressado no âmbito do modo de vida ribeirinho. Por isso pescar é mais que uma prática subsistente, é um ato de *existência* que conjuga as dimensões antropológica, mítica, cultural e ambiental na realização da vida.

O exemplo estudado nos ajuda a perceber que o conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos por parte dos ribeirinhos se reflete na elaboração de estratégias múltiplas de uso e de manejo dos recursos naturais. Isso quer dizer que, seja na água ou na terra, tais *estratégias* não geram somente *meios de vida*, mas, sobretudo, geram *modos de vida*.

Nunca é demais lembrar que a lógica produtiva do ribeirinho apresenta particularismos que exige acuidade no olhar, pois trata-se de uma lógica diferente de ver o mundo em que o viés econômico, por si só, é limitante. Desse

modo, entendemos que reconhecer estas formas de vida pressupõe considerá-la não apenas enquanto “resíduo anacrônico”, um desvio da racionalidade capitalista e do modo de vida urbano industrial contemporâneo, mas antes disso, pressupõe levar em conta a complexidade que norteia as experiências vivenciadas no âmbito do *espaço vivido*. Eis então o desafio.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*: 3ª ed. Campinas: São Paulo/Edusp, 2007.
- BRONDÍZIO, Eduardo. S. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada, in: ADMS, Cristina; MURRIETA, Rui S. S; NEVES, Walter. (orgs.). *Sociedades caboclas Amazônicas*: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006, p. 195-236.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais, in: DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana (org.). *Etnoconservação*: novos rumos para proteção da Natureza nos Trópicos. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 165-182.
- CRUZ, Valter Carmo. *Pela outra margem da fronteira*: território, identidade e lutas sociais na Amazônia. 201f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – UFF, Niterói, 2006.
- _____. O rio como espaço de referencia identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia, in: TRINDADE J, Saint-Clair Cordeiro de Trindade; TAVARES, Maria Goretti (org.). *Cidades Ribeirinhas na Amazônia*: Mudanças e Permanências. Eduppa, 2008, p. 49-69.
- DIEGUES, Antonio Carlos Sant’Ana. *Povos e Mares*: Leituras em socioantropologia marítima. São Paulo: Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e áreas úmidas Brasileiras – Naapaurb-USP, 1995.
- _____. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. (org.). *A imagem das Águas*. São Paulo: USP/Hucitec, 2000.
- FURTADO, Lourdes. *Curralistas e redeiros de Marudá*: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.
- _____. “Reservas pesqueiras”, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas, in: FURTADO, Lourdes; LEITÃO, Wilma; MELLO, Alex Fiúza (org.) *Povos das Águas*: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Coleção Eduardo Galvão, 1993.

- LA BLACHE, Paul Vidal. *Princípios de Geografia Humana*. Edições Cosmos. Lisboa: Portugal, 1954.
- LIMA, Marta Goreth; PEREIRA, Elves Marcelo. *Populações tradicionais e conflitos territoriais na Amazônia*. Belo Horizonte, Geografias, 03 (1) jan./jun. 2007, p. 107-119.
- LOUREIRO, João de Jesus Paes. *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*. São Paulo: Escrituras, 2001.
- OLIVEIRA Jr, Jair Antonio. *Arquitetura ribeirinha sobre as águas da Amazônia: o habitat em ambientes complexos*. 203f. Dissertação (Design e Arquitetura) – São Paulo: USP, 2009.
- PINHEIRO, Pedro Wander dos Santos; FERREIRA, Denison da Silva. Cultura do Açaí na Várzea Amazônica: Circuito Espacial Produtivo e Comercial do Açaí nas Ilhas de Abaetetuba/PA, in: *XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. RS, Anais... RS: Porto Alegre: 2010, p. 1-10.
- SILVA, Christian Nunes. *Territorialidades e modo de vida de pescadores do rio Itaquara*. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Belém: IFCH, 2006.
- _____. *Ocupação humana e modo de vida na Amazônia*. Belém: Vivência, v. 121, n. 33, 2008, p. 121-127.
- _____. O conceito de território nos estudos sobre pesca, in: Mota, *et al. Caminhos e Lugares da Amazônia: ciência, natureza e territórios*. Belém, Gapta/Ufpa, 2009, p. 35-54.
- TOCANTINS, L. *O rio comanda a vida*. Uma interpretação da Amazônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- WITSKOSKI, Antônio Carlos. *Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais*. Manaus: Editora da Ufam, 2007.